

HUM-05

PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES SOBRE QUALIDADE DE VIDA AMBIENTAL**Katiane SILVA ⁽¹⁾, Maria Inês Gasparetto HIGUCHI ⁽²⁾****⁽¹⁾Estudante de Psicologia/UFAM, Bolsista PIBIC/CNPq; ⁽²⁾Pesquisadora do NPCHS/LAPSEA**

Dentro das discussões sobre a qualidade de vida que surge dos padrões culturais (Minayo *et al.* 2000), percebe-se uma ênfase reduzida ao mundo adulto com pouca participação dos adolescentes (Castro, 2001). Qualidade de vida é um conceito abstrato e portanto pode ser acessado via percepções. Perceber requer atuação no mundo (Merleau-Ponty, 1999) e a construção da subjetividade. Dessa forma nesse estudo pretende-se vislumbrar a percepção do adolescente sobre essas questões. Entender o adolescente cidadão como um ator social com potencialidades significa propiciar uma abertura para o surgimento de outros dizeres sobre suas realidades e trajetórias de uma vida digna e cidadã. A pesquisa foi desenvolvida com 45 adolescentes com idades entre 12 e 16 anos, estudantes de duas escolas da rede pública de ensino. As informações foram coletadas a partir da técnica de grupo focal (Bauer e Gaskell, 2002), associada à técnica de representação. Através da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) os resultados revelaram que para os adolescentes a qualidade de vida tem dois espaços distintos de ocorrência, um mais imediato e participativo que é casa e outro mediato e doador que é a cidade. Em ambos os ambientes os adolescentes delimitam sistemas de uso social em cujos aspectos objetivos e subjetivos a vida social ocorre proporcionando maior ou menor qualidade de vida. De modo particular a casa é percebida como um sistema espacial onde “tudo se inicia”. A casa se configura como um espaço construído que afeta seus moradores de diversas maneiras, a tal ponto que só existe a partir das relações sociais. Os elementos que formam o espaço-casa – espaço aqui entendido segundo Santos (2004) como uma totalidade e onde os sentidos, as sensações, os afetos, as percepções interagem, criando sistemas de objetos e sistemas de ações – podem ser didaticamente caracterizados em dois pólos principais: a relação familiar (onde compete aos pais oferecer o conforto psicossocial e aos filhos contribuir com os pais através de tarefas específicas para o equilíbrio desta dinâmica); e a estrutura física da casa (tipo de estilo arquitetônico, infra-estrutura do bairro, móveis e arranjo estético) que só possui significado através da subjetividade que envolve as relações produzidas. Desta forma, a casa não é apenas uma construção material situada num lugar determinado, mas ela cria, através das relações produzidas, as diversas realidades heterogêneas que vão, em última instância ser coadjuvantes na elaboração da

qualidade de vida. Ao considerarem a cidade como espaço da qualidade de vida, os adolescentes a percebem como uma fonte de serviços sociais de saúde, saneamento, educação segurança, organização estética e lazer aos cidadãos que nela habitam. Os habitantes da cidade são beneficiários de um poder público constituído pelo Estado e, portanto, a qualidade de vida no âmbito da cidade depende menos dos indivíduos que nela vivem do que das instituições nela existentes. Há, contudo uma idéia central de equidade social onde sobressai a necessidade de eliminar as mazelas da miséria urbana e aumentar as oportunidades de serviços e produtos do espaço público a todos para reduzir o sofrimento daqueles que pouco tem. A ênfase na idéia da obrigatoriedade do poder público que doa e um cidadão que recebe está ligada, de certa forma, a uma posição passiva dos indivíduos em termos de responsabilidade com a coisa pública. A contribuição individual se resume ao ambiente privado da casa, mas não se estende ao ambiente coletivo das ruas, bairros e cidade. Assim, a percepção de qualidade de vida na cidade culmina com as concessões de serviços e oportunidades públicos, onde o cidadão é o que recebe e pouco participa. Conclui-se a partir dos resultados que qualidade de vida nos diferentes espaços tomam direções diferenciadas, em cujas atribuições individuais deixa visível um abismo de responsabilidades e atuações entre os espaços da casa (privado) e o da cidade (público). Esses resultados servem como alerta para que se possibilite uma reavaliação nos programas educacionais que vislumbrem a transformação dessas percepções forjadas num sistema onde caminha-se cada vez mais para o individualismo e para a ausência de ações coletivas participativas. E nesse sentido vê-se a importância do papel da escola, uma vez que os adolescentes estão sendo formados cada vez mais por outros sistemas em adição à família.

BARDIN, L. 1977. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 201 p.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. 2002. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2ª.Ed. Petrópolis: Vozes, 516 p.

CASTRO, L.R. 2001. *Crianças e Jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: Nau Editora/FAPERJ, 226 p.

MERLEAU-PONTY, Maurice. 1999. *Fenomenologia da Percepção*. 2ª.Ed. São Paulo: Martins Fontes, 662 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, HARTZ, Zulmira Maria de Araújo e BUSS, Paulo Marchiori. 2000. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência e saúde coletiva*. 5 (1): 7-18. (<http://www.scielo.br>). Acesso em: 02/12/2005.

SANTOS, Milton. 2004. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 384p.